

Então, nós sabemos que vamos sofrer com isso. Mas, desde agosto, a Undime vem fazendo pressão, e por conta disso nós tivemos ajuda de alguns deputados - Waldeck por um deles - e nós fizemos muita pressão com o intuito de que essa lei saísse do Executivo para o Legislativo e fizemos mais pressão para que nós da Educação fôssemos no mínimo convidados para esse debate junto à Seeduc, junto ao governo do estado, para que a gente também pudesse colocar um posicionamento dos 92 municípios. Preocupamos quando, num primeiro momento, era 30 de agosto; num segundo momento, 9 de outubro; e depois 16 de outubro. E a gente ainda continua no debate. Para ser rápido e aí dar oportunidade de os outros colegas falarem, hoje nós temos 78 municípios no Rio que já se adequaram a toda a legislação, prevenindo inclusive a meta 19 do Plano Nacional de Educação e os seus planos municipais de educação. Apenas cinco municípios dos 92 não iniciaram as condicionantes.

Então, o que lhes peço, peço muito aos nobres deputados, tem muita coisa a ser debatida, acredito que as emendas que os senhores colocaram muito contribuirão. Mas a gente não pode perder a chance de aprovar ainda este ano, uma vez que nós já tivemos dois anos para discussão, e não o fizemos. E agora, passado aí através de uma discussão, mesmo que seja de minutos, infelizmente, mas que a gente tem que voltar ao debate. Mas eu queria muito que os senhores nos ajudassem a aprovar este ano... A Undime já fez uma carta. A Uncmce, que são os presidentes dos Conselhos Municipais de Educação, também já fez uma carta de apoio. Nesse momento eu peço ao Sr. Deputado Luiz Paulo, que estava falando com o Presidente André Ceciliano, que a gente retome essa discussão, que a gente mantenha essa discussão. Mas que a Educação seja incluída nesse debate para que a gente possa ter uma pauta séria de políticas públicas educacionais dentro dos municípios. Eu falo, por exemplo, de Miracema. Miracema é um município que teve, desde as últimas edições, o melhor resultado de Ideb. Discordo do posicionamento do Renan Ferreirinha em trazer o Saerj para os municípios, uma vez que trazer o Saerj significa contar com um regime de colaboração que não tem funcionado de forma coesa, que não tem chegado até a ponta. E isso nos preocupa. Hoje, o Saeb ainda é o melhor, dentre de muitas críticas que a gente tem que ter, mas ainda é um sistema de avaliação que tem uma história desde 2005 e não teve interrupção.

Então, podemos pensar no Saerj, mas eu já deixo claro que o regime de colaboração tem que ser fortalecido. E a nossa discussão com as presidências das comissões, inclusive de Educação, tem que ser fortalecida. Porque dentre os 92 municípios, independente dos tamanhos, independente dos índices, nós teremos que ter cada vez mais voz para que a nossa pauta da Educação seja séria e seja sempre permanente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Charles. A gente está aqui conversando e estão sugerindo que o nosso próximo encontro, continuidade dessa audiência, seja na próxima sexta-feira. E a gente espera até lá, às 10h, seguir com conversações para amadurecer alguns pontos, especialmente sobre essa parte na qual temos menos acúmulo coletivo. O Deputado Luiz Paulo já...

O SR. CHARLES MAGALHÃES - Eu queria fazer uma correção. Desculpa. Eu sou secretário de articulação da Undime. O presidente é o presidente Osório, que não pôde estar presente. Mas nós fazemos presentes aqui na representação. Magda também é da Undime, está aí presente.

Então, senhores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Está ótimo, Charles. Tem razão, mandei aqui mensagem para o Osório e me referi a você como presidente.

Vamos, então, dar continuidade. Eu gostaria de saber se tem mais alguma representação municipal aqui que queira fazer uso da palavra nessa segunda parte da nossa audiência pública.

Quero registrar a presença do Deputado Eliomar Coelho. Bom -dia.

Então, quero chamar para fazer uso da palavra agora o presidente do Conselho do Fundeb, o professor Flávio, que foi também um dos atores que nos procurou algumas vezes e que junto com a gente cobrou que esse projeto fosse encaminhado com mais antecedência para essa Casa.

Professor Flávio, você está nos escutando?

O SR. FLÁVIO LOPES - Sim. Primeiramente, desejar bom dia a todos. Para o presidente, secretários, servidores da Casa. Bom dia, presidente, obrigado pela oportunidade.

Não vou repetir muitas das coisas, principalmente a fala da professora Malvina, que eu acho que ela já demonstra exatamente o processo. Só trazer uma preocupação. Isso não tem como não repetir. O fato de o estado não ter se atentado para essa discussão. É um alarme, um alerta, que na verdade precisa ter. E possivelmente não sabemos se o FNDE vai dilatar de novo o prazo. O prazo já está vencido, e esse prazo vencido, em tese, se não houver uma dilatação, para o cumprimento dos três requisitos estabelecidos pela lei e pela portaria, em tese o Estado do Rio de Janeiro, com seus municípios, já perderia 150 milhões de reais para o ano que vem.

Então, a gente agora... A briga é: aprovar a lei, colocar os três requisitos, que, no caso dos municípios, depende do terceiro requisito, que inclusive depende de o estado aprovar a lei. Aprovar a lei, colocar os três requisitos e tentar ali, com muita política, convencer o FNDE a dilatar o prazo e aceitar quem não cumpriu o prazo de publicação e de implementação da lei. Porque, senão, de cara, o Estado do Rio de Janeiro e seus municípios já perdem ano que vem 150 milhões de reais. Aí a gente tem que pensar de quem é a responsabilidade pelos municípios, pelo estado perder a complementação do (não compreendido) a partir do ano que vem. Em princípio, ela não teria nenhum requisito. O único requisito era completar. Os municípios apresentaram os três índices, os três fatores lá definidos pela lei. E que não foram cumpridos. Um pouco desse desleixo do Estado do Rio de Janeiro em lidar com as pautas e as demandas da Educação. Às vezes... Não sei se às vezes, foi um pouco de desconhecimento da lei, porque, na lógica do estado, porque no Estado do Rio de Janeiro, o estado faz uma contrapartida muito grande. Não se refere ao recurso do Fundeb, e aí acaba que fica... Os demais recursos, as demais discussões acabam ficando secundarizadas. Porque o Estado do Rio recebe complementação mesmo.

Então, acaba que a discussão fica um pouco secundarizada. Mas a gente precisa pensar nisso. Aprovar a lei. Claro que ainda tem algumas divergências, principalmente com a fala do secretário Renan Ferreirinha, com alguns pontos. Retomada do Saerj. Impossível fazer, porque demanda uma estrutura muito grande por parte do estado, e o estado mostra a sua total falta de descompasso, a sua total falta de sincronia com o sistema educacional, principalmente dos municípios.

Então, impossível o estado otimizar o Saerj, um sistema de avaliação externa como sendo um dos índices. No ruim, ficaria ainda o Saeb, mesmo a gente ainda tendo um pouquinho (não compreendido). O Sepe tendo uma controvérsia quanto ao sistema de avaliação, sistema de prova externa. Outro ponto importante a ser pensado é que todos foram estabelecidos com os critérios do 10/15, ou 15/10. Isso eu acho que ainda vai ter uma polêmica. Não sei se a gente consegue vencer essa polêmica até sexta-feira. Tem que pensar que os municípios serão (não compreendido), porque os municípios terão perda, porque a parte que for definida pelo índice não vai entrar na parte (não compreendido), ela não vai entrar na parte da cota-parte. Isso sim prejuízo aos municípios. Acho que é importante pensar um pouco nesses pontos. E vou deixar ressaltar mais uma vez: o Estado do Rio de Janeiro precisa pensar num regime de colaboração. O Estado do Rio de Janeiro precisa pensar a educação estadual como um todo. Não é porque ele não atende à educação infantil. Porque ele não atende na Capital ou em algumas cidades o primeiro segmento do ensino fundamental, que ele não precisa pensar que ele tem responsabilidade com esse segmento, com essa parte da educação básica.

Então, o estado precisa pensar que a educação é regime de colaboração. E, óbvio também, o estado precisa cobrar a União, que não dá somente para o estado ter essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Flávio. Eu te desejo melhoras. E reforço essa sua última pontuação, de que a gente quer que o estado não seja só um gestor de rede. A gente quer um estado que seja uma autoridade da educação estadual, que atue na coordenação, que atue no planejamento, que nos ajude a pensar o conjunto da educação no Estado do Rio de Janeiro, evidentemente tendo uma obrigação central com relação à sua rede, mas tendo centralidade nessa colaboração com os municípios para que a gente alcance melhores resultados na nossa educação.

O Deputado Renan Ferreirinha apresentou uma proposta global que teve pontos questionados, queria fazer uso da palavra?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Brevemente, presidente, só a título de esclarecimento, tanto o Charles quanto o Flávio pontuaram. Primeiro, eu concordo plenamente com o papel que o estado tem que ter como o grande articulador de educação no nosso estado.

Então, fomentar isso, esse processo de articulação estadual é papel da Seeduc. Da mesma forma que é papel do MEC fazer essa articulação a nível nacional e que isso ambos não estão fazendo da maneira adequada. Eu citei o Saerj pelo fato de outros estados terem os seus sistemas estaduais. O Saerj não funciona no Rio por incompetência do Rio de Janeiro estado, ponto. Aqui eu não estou defendendo que é porque tem que voltar... Não. Eu até confio mais no instrumento Saeb, sendo bem sincero. Confio e defendo que seja utilizado o Saeb nesse momento. Até porque o Saerj não existe hoje. Então, eu só trouxe o elemento Saerj para discussão porque Santa Catarina, porque Rio Grande do Sul, porque o Ceará ou já têm ou se comprometeram em criar os seus sistemas estaduais. Essa é uma discussão para a gente continuar tendo obviamente na sexta-feira ou a posteriori, mas eu defendo que a gente utilize o Saeb hoje no curto prazo, porque é a única métrica existente que é... A gente torce para que seja blindado o máximo possível no Inep, até que... Nesse país até o passado é incerto, não é, professora Malvina?

Então, a gente precisa estar muito atento quanto a isso também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, secretário. Eu gostaria de consultar a Dra. Ana Furbino, se ela gostaria de fazer uso da palavra.

O SRA. ANA MARIA FURBINO - Querida, brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Por favor, um microfone ali para ela.

A SRA. ANA MARIA FURBINO - Boa-tarde. Eu vou ser breve. Primeiramente queria agradecer ao convite feito pelo deputado Luiz Paulo e pelo Deputado Flávio Serafini. Cumprimento a todos da Mesa, em nome da Deputada Martha Rocha. A gente lá, no Tribunal de Contas... Eu sou Auditora do Tribunal. A gente trabalha na Coordenadoria de Auditoria em Política de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. A gente tem feito trabalhos voltados para acompanhar mesmo as políticas, a implementação de políticas públicas. E em trabalhos mais recentes a gente tem focado muito em questões relativas ao que a gente chama de trabalhos operacionais. E uma das dimensões que a gente tem analisado nesse trabalho é a questão da igualdade e equidade.

Então, eu queria só trazer uma contribuição dos trabalhos que a gente tem feito, o que esses trabalhos mostraram, pensando realmente em propostas para compor esse índice que vai determinar a distribuição desses recursos. O que a gente vê ali e o que eu senti falta aqui? É que os resultados... O que essas provas trazem, independente do Saeb, Saerj, é que são provas em larga escala que medem uma dimensão só, que é a questão do aprendizado, e geralmente você calcula a média.

Aí o Ferreirinha colocou do problema que a média traz em distorções. Ela não mostra as distorções, pelo contrário. Mas eu acho que a gente tem que ir um pouco além disso, e esses trabalhos que a gente tem feito lá, um pouco além de pensar só no resultado medido e por prova de larga escala. A gente tem que pensar em outros fatores e outros indicadores. Eu acho que um fator primordial e algumas propostas de emenda que apresentam aqui é a questão da valorização do professor. Eu acho que tem que trazer isso para cá, seja colocando, estabelecendo... Resgatar um pouco do plano nacional, que o plano nacional traz nessa questão da valorização do professor. E um ponto importante que a gente vê lá também nos nossos trabalhos é a questão do esforço docente. Talvez quando abordar a questão da valorização do professor, pensar no esforço docente. Por que isso? Para equidade da Educação, é fundamental. Ele tem uma relação direta, em relação à diminuição da equidade e diminuição do esforço docente, um indicador que o Inep traz e a gente pode aperfeiçoar. Uma outra questão também... O Ferreirinha trouxe no slide, mas eu não vi aqui em nenhuma das emendas. É a educação em tempo integral. Isso, para equidade na Educação, é fundamental. Aumentar o número de matrículas em Educação em escolas em tempo integral mostra... A gente tem estudado e trabalhado com isso o quanto isso é importante, tem resultado direto nessa diminuição. Melhor indicadores de resultado e a equidade, ela realmente melhora bastante. E o que a gente tem atualmente trabalhado e que a gente está vendo que é essencial é a questão da infraestrutura escolar. O indicador de infraestrutura escolar é o que a gente chama de indicador de insumo, mas, quando a gente pensa tanto em resultados quanto em equidade, ele é essencial também.

Eu queria só pontuar esses três fatores que acho que poderiam aparecer nesse índice de alguma forma.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Ótimo.

Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Dra. Ana Maria, uma das versões que a gente tem é que esses indicadores iriam ser acompanhados, como serão, pelo próprio Tribunal de Contas do estado, o que é absolutamente correto e justo. Se a senhora, com a sua experiência na equipe do tribunal, altamente qualificada, tivesse uma proposta do que a senhora colocou, transformando isso em índice ou alguma coisa similar, e a senhora pudesse nos trazer até a reunião de sexta-feira, às dez horas, seria importante, porque é uma contribuição concreta, numérica que o tribunal faz na questão equitativa e qualitativa. Pode ser?

A SRA. ANA MARIA FURBINO - Podemos pensar. Sexta-feira é um prazo apertado, mas acho que, se isso ficar na lei que vai ser construída com alguns critérios, os critérios acho que já são um bom passo para a gente pensar depois em números propriamente ditos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA - Rapidamente, quero elogiar a condução dos Presidentes Luiz Paulo e Flávio Serafini e a qualidade das apresentações. Acho que todos saímos daqui, Dra. Marília, muito ricos com as análises procedidas pelas secretarias. Acho que foi muito importante a presença dos senhores e de todos os organismos do estado.

Na linha da fala do Deputado Luiz Paulo, eu tenho comigo sempre o olhar do impacto da pandemia na educação, sobretudo porque a gente sabe que nas escolas privadas essa questão foi tratada de outra maneira e a gente sabe dos impactos na rede pública da pandemia. Minha indagação é se no estudo que o TCE vem produzindo a questão da pandemia, de alguma maneira, pode ser medida e a questão da evasão escolar, que, para mim, é o lado mais duro da pandemia, o impacto mais duro da pandemia na área da educação.

Então, só para indagar à senhora se houve também esse olhar para a questão da evasão escolar.

A SRA. ANA MARIA FURBINO - Em relação à evasão escolar, a gente fez uma auditoria em alguns municípios selecionados, mas a auditoria foi justamente com o foco de tentar identificar as práticas de gestão para acompanhar a evasão, e a gente emitiu algumas recomendações, isso já tem o processo. Nesse momento, em outros municípios a gente está fazendo uma auditoria com esse mesmo objeto. Não estou com os números dos processos aqui, eles estão abertos e é possível consultar, mas a gente fez isso. Realmente, a nossa

preocupação não foi medir números de crianças que tinham evadido, até porque isso ficou complicado por conta da rematrícula automática; não estou questionando a rematrícula automática, só estou falando que os números não mostram a realidade. A nossa preocupação no nosso trabalho foi verificar quais as ações as secretarias municipais de educação estavam executando para monitorar esses alunos para trazê-los e, mais do que isso, faz a busca ativa, trazê-los de volta. A gente fez esse trabalho no ano passado e estamos fazendo esse ano em outros municípios.

Desculpe, deputada, a outra pergunta é sobre...

A SRA. MARTHA ROCHA - Era exatamente sobre a evasão. E, se for possível, também nessa linha de passar as informações sobre o número desse procedimento, para a gente dar uma...

A SRA. ANA MARIA FURBINO - Sim. Passo o número do processo, o número da fiscalização. Passo tudo sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado.

Mais algum representante de município quer fazer uso da palavra? (Pausa)

Eu só quero pontuar alguns elementos. Primeiro, Ana Maria, concordo com essas contribuições que você traz. A gente fez emendas, inclusive, buscando colocar como critério o cumprimento do piso nacional do magistério, o cumprimento do respeito também ao tempo de planejamento dos profissionais da educação como elementos que a gente considera que são fundamentais para alcançar uma educação de qualidade, que dialogam com a questão da valorização, do esforço docente. Isso foi, digamos assim, para acrescentar aqui ao que já foi trazido especialmente pela intervenção do deputado Renan Ferreirinha, isso foi um dos aspectos que a gente trouxe para o debate.

Um segundo aspecto é que a gente tem uma preocupação com os índices, é como muitas vezes eles acabam estimulando. É o que a gente já viu algumas vezes se desenharem como uma espécie de limpeza de rede.

Então, a gente acha que se tem que trabalhar de alguma forma em que a universalização do acesso, que as políticas de permanência tenham um peso diferenciado com relação aos demais critérios. Por quê? Porque senão a rede vai adotando metodologias que acabam expulsando o aluno que tem maior dificuldade. E isso não pode acontecer. Nem no regular, nem na educação de jovens e adultos que a gente também coloca o debate para ser um dos aspectos, a gente pensar na distribuição desses recursos. Uma preocupação que a gente tem, é que se a gente tem um desafio no Brasil atual de debater a qualidade da educação como elemento central, esse debate ele não pode estar descolado de forma alguma ainda da universalização do acesso. A gente pega a maioria dos municípios do Rio de Janeiro, 40% das crianças não estão frequentando a educação infantil. E isso tem impacto na trajetória escolar, especialmente das crianças em maior situação de vulnerabilidade que é a grande maioria que está fora do banco da escola. E a família de classe média, a de classe média alta ela pode fazer a opção por retardar um pouco a escolarização com menos prejuízo porque tem condições de ofertar estímulos alternativos ao desenvolvimento pedagógico, cognitivo, inclusive alimentar das crianças.

Agora, as famílias em situação de maior vulnerabilidade a não matrícula, a não escolarização significa um impacto tremendo no desenvolvimento dessas crianças. Isso evidentemente tem que ser enfrentado como um aspecto central e depois isso se reflete ao longo de toda a trajetória escolar do aluno em dificuldades, em abandono. E aí também a gente precisa ver as políticas que estão em desenvolvimento e que têm contribuído para enfrentar o abandono ao longo da trajetória estudantil, da trajetória acadêmica desses estudantes.

Então, eu queria só trazer esses elementos também para o debate já para o nosso próximo encontro, ter essas questões também como questões que devem estar num desenho que a gente venha a fazer, porque são questões que a gente acha fundamentais. Fizemos emendas nesse sentido e esperamos numa redação final trazer.

O nosso esforço vai ser para tentar, com base no que já foi apresentado, trazer uma proposta para o debate na sexta-feira já um pouco mais adiantada. Mas a gente conversava aqui, a deputada Martha Rocha, o deputado Luiz Paulo, se a gente não consegue avançar nisso para a votação na próxima terça-feira, a gente tem ainda a possibilidade de definir um artigo que nos traga um novo projeto de lei ainda esse ano para que a gente tenha a votação complementada.

Então, todo o esforço que a gente realizar de agora até sexta-feira ele não seria perdido, ele seria aproveitado numa nova regulamentação. Mas o objetivo inicial, a meta é que a gente consiga fazer uma redação para na próxima terça-feira já estar votando.

Então, esse encontro de sexta-feira vai ser fundamental. Todos os municípios aqui presentes, Undime, Tribunal de Contas, Fórum Estadual de Educação, Secretaria de Estado de Educação Especial e também Secretaria de Estado de Fazenda, porque a gente ainda tem esse debate das 15, 15 e 10, acho que é um debate que está intacto, está estendido o convite já para próxima sexta-feira às 10 da manhã. Nós vamos informar o horário.

Então, os secretários de fazenda podem se comunicar com os secretários de educação, a gente vai encaminhar esse convite para o secretário de educação. Mas especialmente aqueles que discordarem dos rumos que estão tomando aqui, é importante que se façam presentes para trazerem as suas contribuições, porque a nossa ideia vai ser afunilar para poder aprovar.

Assim, a gente suspende essa audiência pública e marca a sexta-feira às 10 horas como data de reinício dessa audiência conjunta.

Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Olha só, só pedir a todas e todos aqui presentes que na sexta-feira a gente tente de fato costurar uma saída que possa ser a melhor. Pode não ser até a ideal, mas que seja a melhor, no que diz respeito, principalmente, a critérios. Porque uma das questões que eu coloquei de dificuldade era a de construir um consenso, hoje, sobre esses critérios, quer seja em relação aos 10%, quer seja em relação aos 15%. Até porque o critério em relação aos 15%, para mexer na lei de 96, não diz respeito à educação, diz respeito à questão fiscal. E nenhum outro município, a não ser o de Niterói, tinha levantado essa questão. Então, não havia ninguém ainda que tinha estudado esse assunto.

Então, agora estão na mesa dois tipos de distribuição: só de educação e a questão fiscal. Vamos tentar, porque, se nós não conseguirmos, como já disse o presidente Flávio Serafini, tem lá uma emenda nossa, modificativa 9, que diz o seguinte: o critério do índice de melhoria de educação, mencionado no inciso II, do artigo 1º, será estabelecido e apurado pelos órgãos competentes da Secretaria de Educação e fixados por meio de lei. Porque, chegando aqui, a gente vai fazer tudo de novo, para que não deixe de se aprovar. Mas eu acho que seria ideal chegar-se a essa costura final.

E a questão específica do ressarcimento ao Município da Capital, já assinamos o pedido de requisição do processo SEI, tanto eu quanto Flávio Serafini, pedimos que retorne, se possível, a cópia ainda no dia de hoje, para que a gente possa também propor alguma solução mitigadora dessa questão, sem estar em discussão, evidentemente, a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Deputado Luiz Paulo, a Milena aqui me lembrava que é muito importante, quem puder, trazer propostas por escrito.

O SR. LUIZ PAULO - Escrito, claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Faz toda a diferença para a gente afunilar na aprovação da lei.

(REASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. LUIZ PAULO)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Porque não é fácil a gente, toda hora que anota, sintetizar tudo aqui que é dito.

Então, todo mundo que puder mandar a contribuição por escrito, é muito mais fácil.

Então, assim posto, agradecendo a presença de todas e todos, está suspensa a sessão até sexta-feira, dia 21, às 10 h da manhã.